

ANALISTA DE PROCURADORIA – ESPECIALIDADE GESTÃO – PGM

NÍVEL SUPERIOR TIPO 2 – VERDE



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão dissertativa, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta;
- A questão dissertativa deverá ser respondida em, no mínimo, **20 (vinte)** e, no máximo, **30 (trinta)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível **retirar-se da sala levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da sua folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa Prova!**

Conhecimentos Básicos

Língua Portuguesa

1

Entre as frases a seguir, indique aquela que mostra um **erro** de pontuação no que diz respeito ao emprego da vírgula.

- (A) Você terá alcançado a excelência como líder quando as pessoas o seguirem a qualquer lugar, nem que seja por curiosidade.
- (B) Um líder tem que ser sincero, para que acreditem nele. Quando perde a credibilidade, por mais competente que seja, tudo fica perdido.
- (C) Evite que seu ego fique muito próximo de sua posição para que, quando sua posição cair, seu ego não vá junto.
- (D) Na história de qualquer problema, há um momento em que ele é suficientemente grande para ser identificado, mas pequeno demais para ser resolvido.
- (E) Se você não respeitar os membros de sua equipe, eles também não tratarão bem outras pessoas.

2

Assinale a frase que mostra uma imagem positiva do que chamamos “imaginação”.

- (A) A imaginação desgoverna o mundo.
- (B) A imaginação não faz castelos no ar, mas transforma cabanas em castelos no ar.
- (C) A imaginação humana é imensamente mais pobre do que a realidade.
- (D) A imaginação é tão mais robusta quanto mais fraco é o raciocínio.
- (E) A imaginação nos mostra que a humanidade não consegue suportar muita realidade.

3

Quando falamos ou escrevemos, sujeitamo-nos a equívocos entre palavras que apresentam certa afinidade de forma ou de sentido.

Assinale a opção em que esse problema aparece, em uma frase propositalmente adulterada.

- (A) “Carolina é como ela se chama: os apelidos manda a minha proverbial discrição calá-los.” (Camilo Castelo Branco)
- (B) “Ultimamente a goiabada mole de bananas, manufatura econômica do despenseiro.” (Raul Pompeia)
- (C) “Havia para mim um regime de exceção.” (J. Lins do Rego)
- (D) “O pior é que ele dispndia o ganho e mais.” (Machado de Assis)
- (E) “A figura do general é ainda um intrincado enigma.” (Euclides da Cunha)

4

Leia com atenção o trecho a seguir.

As ilusões caem uma após a outra, como as cascas de uma fruta, e a fruta é a experiência. Seu sabor é amargo; no entanto, ela possui algo acre que a fortifica.

G. de Nerval, escritor francês, 1808-1855, *Angelique*.

Indique a afirmativa correta quanto à sua significação ou estruturação.

- (A) Na vida, as experiências não trazem boas consequências.
- (B) A metáfora “fruta” é empregada, na frase, como termo de comparação para as ilusões.
- (C) As cascas das frutas representam as passageiras ilusões, que passam rápido na vida.
- (D) O conectivo “no entanto” opõe ilusões à experiência.
- (E) No segmento “a fortifica”, o pronome “a” substitui o substantivo “fruta”.

5

Assinale a afirmativa em que se trocou adequadamente uma oração adjetiva por um adjetivo de valor equivalente.

- (A) O estudo é uma atividade que não para nunca. / descontinua
- (B) É para muitos um sucesso que ficou pouco tempo. / alternativo
- (C) O maior problema é uma doença que se prolonga por muito tempo. / inata
- (D) O objetivo é um governo que só dura certo tempo. / instável
- (E) O concurso público é um esforço que dura pouco. / efêmero

6

Todas as frases a seguir estão descritas em discurso indireto.

Assinale a opção em que a reescritura dessa frase, em discurso direto, está correta.

- (A) No primeiro dia de aula, o professor de artes marciais disse aos alunos que exigia ordem e disciplina. / Eu exijo ordem e disciplina.
- (B) O piloto declarou na investigação que seus reflexos não funcionaram porque estava cansado demais. / Os reflexos não funcionam porque estou cansado demais.
- (C) Quando passei por ele, o aventureiro estava dizendo que tinha valido a pena voar, ainda que fosse para descobrir novos aspectos de coisas conhecidas. / Valera a pena voar, ainda que tivesse sido apenas para descobrir novos aspectos de coisas conhecidas.
- (D) O médico disse ao pai do menino que seu filho precisava realizar uma cirurgia. / Meu filho precisa realizar uma cirurgia.
- (E) Meu pai me tinha dito que não estava contente comigo. / Eu não estive contente com você, meu filho.

7

Todas as opções a seguir mostram a substituição do termo sublinhado por um pronome pessoal.

Identifique aquela em que essa substituição mostra-se **inadequada** em relação à norma culta da língua.

- (A) Como o automóvel estivesse escangalhado, solicitamos à oficina que consertasse o automóvel. / que o consertasse.
- (B) Fizemos o bem a todo o mundo, mas não fizemos o bem a nós mesmos. / não fizemo-nos o bem.
- (C) Depois de analisar a secretaria, o diretor do colégio conclui que era necessário modificar a secretaria. / modificá-la.
- (D) O professor mudou-se, por isso o aluno não pôde entregar o trabalho ao professor. / não lhe pode entregar o trabalho.
- (E) Aquele aluno é desatento. Precisamos sempre lembrar ao aluno os seus trabalhos escolares. / lhe lembrar os seus trabalhos escolares.

8

Nas frases a seguir, há alguns casos de abuso no uso dos pronomes.

Assinale a opção cuja construção está correta quanto ao emprego pronominal.

- (A) Você, o que você quer é que eu faça o trabalho.
- (B) É por isso que você está preocupado.
- (C) Este automóvel, temos que enviá-lo para a oficina.
- (D) As mãos, não devemos movimentá-las demais ao falar.
- (E) Seus cavalos, ele não os tem bem treinados.

9

O pleonasma vicioso denota uma repetição desnecessária de palavras ou ideias, o que gera redundância na comunicação.

Assinale a frase em que ocorre esse vício de linguagem.

- (A) Estas são suas obras póstumas, que foram publicadas após sua morte.
- (B) A questão do desarmamento não se resolverá antes de um século.
- (C) O sargento, com seu novo uniforme, exibe-se para o público.
- (D) Suba lá para o segundo andar e diga a Pedro que desça.
- (E) O avião se deslocava a grande velocidade.

10

Nas frases a seguir, extraídas do livro *A alma encantadora das ruas (1908)*, de João do Rio, a palavra “estrangeiro” está destacada.

Assinale aquela em que o termo exemplifica a classe do substantivo.

- (A) Os ferros retiniam sempre a música sinistra. Encostados à amurada, damas roçagando sedas e cavalheiros **estrangeiros** de smoking, debochavam, em inglês, as belezas da nossa baía.
- (B) Todos nós conhecemos o tipo do rapaz do Largo do Machado: cabelo à americana, roupas amplas à inglesa, lençinho minúsculo no punho largo, bengala de volta, pretensões às línguas **estrangeiras**, calças dobradas como Eduardo VII.
- (C) Se isso era possível em 1880! Depois, quer saber? A República trouxe a Bolsa, uma porção de cocheiros **estrangeiros**, uns gringos e ingleses de cara raspada, com uns carros que até nem eu lhes sabia o nome!
- (D) Nesse tempo não havia a associação, não havia o sentimento de classe e os pobres **estrangeiros** pegados na Marítima trabalhavam por três mil réis dez horas de sol a sol.
- (E) Esse esquisito sentimento dos poetas da calçada tem uma sequência lógica – o jacobinismo pândego, a crítica acerba, toda de alto, com desprezo das coisas **estrangeiras**.

Raciocínio Lógico

11

Considere a sentença: “Paula não é administradora ou Raquel é economista ou Ricardo não é advogado”.

Assinale a sequência logicamente equivalente à sequência dada.

- (A) Se Paula é administradora, então Raquel não é economista ou Ricardo é advogado.
- (B) Se Paula é administradora, então Raquel não é economista e Ricardo é advogado.
- (C) Se Paula é administradora, então Raquel é economista e Ricardo não é advogado.
- (D) Se Paula é administradora e Raquel não é economista, então Ricardo não é advogado.
- (E) Se Paula é administradora e Raquel não é economista, então Ricardo é advogado.

12

Nair precisa trocar uma lâmpada localizada 12 centímetros abaixo do teto de sua cozinha. O teto está 2,4 metros acima do chão. Nair tem 1,5 metro de altura e consegue alcançar 42 centímetros acima da sua cabeça. Em pé em um banquinho, ela consegue alcançar a lâmpada para trocá-la.

A altura mínima do banquinho, em centímetros, é:

- (A) 34.
- (B) 35.
- (C) 36.
- (D) 37.
- (E) 38.

13

Em uma urna há fichas de 5 cores diferentes: 30% são azuis, 20% são amarelas, 15% são brancas, 10% são verdes e 40 fichas são pretas.

25% das fichas amarelas são substituídas por fichas brancas.

Agora, a porcentagem de fichas brancas na urna é:

- (A) 20%.
- (B) 25%.
- (C) 30%.
- (D) 35%.
- (E) 40%.

14

Em uma sala, há mais do que 22 e menos do que 32 jovens, dos quais $\frac{5}{6}$ estão usando tênis e $\frac{3}{4}$ estão usando boné.

O número mínimo de jovens, nessa sala, que estão usando tanto tênis como boné, é:

- (A) 12.
- (B) 13.
- (C) 14.
- (D) 15.
- (E) 16.

15

Em uma sequência de números inteiros, cada termo, a partir do 4º, é a soma dos 3 termos imediatamente anteriores a ele. Sabe-se que o 2º termo é igual a 5, o 4º termo é igual a 13 e o 6º termo é igual a 43.

A soma do 1º termo com o 5º termo é:

- (A) 20.
- (B) 22.
- (C) 24.
- (D) 26.
- (E) 28.

Noções de Análise de Dados e Inteligência Artificial

16

Um Analista da Procuradoria sabe que a segurança da informação agrega benefícios para o seu setor e pode ser definida como uma série de boas práticas focadas especialmente em garantir a proteção dos dados da Prefeitura, a mitigação dos riscos e a adequação às leis vigentes.

A esse respeito, relacione os pilares da segurança da informação listados a seguir às respectivas definições.

1. Confidencialidade.
 2. Integridade.
 3. Disponibilidade.
 4. Autenticidade.
- () Foca no fornecimento da informação, com base no princípio de que ela estará disponível sob demanda, conforme um acordo prévio, ou seja, nem sempre precisa estar disponível 24x7, podendo estar disponível apenas em uma janela de tempo.
- () Visa assegurar que a informação foi produzida, expedida, modificada ou destruída por uma determinada pessoa física, equipamento, sistema, órgão ou entidade.
- () Relaciona-se diretamente ao sigilo dos dados, tendo como princípio básico que as informações serão tratadas apenas pelas pessoas autorizadas a acessá-las, geralmente definidas pela política de “necessidade de conhecer”.
- () Refere-se à veracidade da informação durante todo o seu ciclo de vida, garantindo que permaneçam imutáveis, tanto em repouso quanto durante a transmissão.

A relação correta, segundo a ordem apresentada, é:

- (A) 4 – 3 – 1 – 2.
- (B) 2 – 4 – 1 – 3.
- (C) 3 – 2 – 4 – 1.
- (D) 1 – 2 – 3 – 4.
- (E) 3 – 4 – 1 – 2.

17

Os arquivos digitais são capazes de armazenar diversos tipos de informações e, em geral, possuem uma extensão que indica o formato de dados contidos.

As extensões de arquivos para imagens gráficas e para texto sem formatação são, respectivamente,

- (A) png e xls.
- (B) jpg e txt.
- (C) 7z e exe.
- (D) md e doc.
- (E) rar e docx.

18

Um analista utiliza o navegador *Google Chrome*, que permite remover *pop-ups*, anúncios indesejados e softwares maliciosos.

Considerando a necessidade de alterar as permissões de anúncios predefinidos, analise as afirmativas a seguir.

- I. No computador, abra o Chrome e, na parte superior direita, clique no ícone “Mais” (representado por três pontos verticais), em seguida, selecione “Definições” e, depois, “Privacidade e segurança”.
- II. Clique em “Definições de sites”, em seguida, “definições de conteúdo adicionais” e, depois, “anúncios intrusivos”.
- III. Selecione a opção desejada como predefinição e pressione o botão “Fechar o navegador”; ele será automaticamente reaberto com todas as abas anteriores restauradas, exceto as bloqueadas.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

19

O Google Planilhas oferece amplo conjunto de funções que podem ser utilizadas em fórmulas personalizadas desenvolvidas pelo usuário para processar dados e resolver situações que envolvam análise de dados.

Assinale a opção que apresenta, respectivamente, apenas funções da categoria “Consulta” e apenas funções da categoria “Estatística”, respectivamente.

- (A) ISEMAIL(valor) e TYPE(valor)
- (B) COL(referencia_da_celula) e DESVPAD.A(value1; [value2; ...])
- (C) LAMBDA(name, formula_expression) e TETO.PRECISO(numero; [significância])
- (D) EXPONDIST(x, LAMBDA, cumulative) e SORT(intervalo; coluna_a_classificar; crescente; coluna_a_classificar2; crescente2)
- (E) DIST.BIN.NEG.N(numero_de_falhas; numero_de_sucessos; probabilidade_de_sucesso) e TESTET(intervalo1; intervalo2; caudas; tipo)

20

Os sistemas de aprendizado de máquina se enquadram em uma ou mais categorias de acordo com a forma como seus modelos aprendem a fazer previsões ou gerar conteúdo.

Modelos, que precisam inferir suas próprias regras e fazem previsões com base em dados que não contêm respostas corretas, e cujo objetivo é identificar padrões significativos nos dados, são conhecidos como:

- (A) modelos de linguagem de grande escala.
- (B) aprendizado não supervisionado.
- (C) aprendizado supervisionado.
- (D) aprendizado por reforço.
- (E) modelos generativos.

Noções de Administração Pública

21

A participação social é amplamente reconhecida como fator que contribui para a legitimidade, a justiça e a eficácia das políticas públicas. Processos participativos tendem a aumentar a qualidade das decisões ao incorporar múltiplas perspectivas, informações e recursos dos diversos atores envolvidos, além de fortalecer o senso de pertencimento e responsabilidade coletiva.

Com base nessa perspectiva, é correto afirmar que:

- (A) a escassez de tempo em contextos decisórios favorece a adoção de modelos participativos, uma vez que esses agilizam a formulação de políticas públicas.
- (B) embora traga benefícios democráticos e cognitivos, a participação impõe desafios operacionais significativos, como altos custos de coordenação e resolução de conflitos.
- (C) a participação tende a reduzir a complexidade dos processos decisórios ao suprimir a necessidade de articulação entre diferentes atores sociais e institucionais.
- (D) a presença de múltiplos esquemas cognitivos, decorrente da diversidade de participantes, tende a comprometer a eficácia das políticas, ao gerar maior conflito e dispersão decisória.
- (E) quanto maior o número de atores participando do processo, maior a garantia de legitimidade e de eficácia, independentemente do tempo e dos recursos disponíveis para sua implementação.

22

A partir dos anos 1980, em meio às crises fiscais do Estado de bem-estar social e ao avanço das doutrinas neoliberais nos EUA e na Inglaterra, emergiu a Nova Gestão Pública (*New Public Management – NPM*), fundamentada em princípios econômicos neoclássicos e na teoria da escolha pública. Defendendo eficiência, *accountability* e redução do papel do Estado, a NPM influenciou reformas administrativas em diversos países e inspirou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), de 1995, no Brasil, que incorporou práticas como contratos de gestão, descentralização e parcerias público-privadas. Mais recentemente, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, em parceria com a Enap, tem buscado novas referências teóricas para além da NPM, explorando o debate sobre o Ethos Público e o modelo Neoweberiano de Estado, em construção, voltados à modernização da gestão e ao fortalecimento do papel social do Estado.

Nesse contexto, avalie se as afirmativas a seguir sobre os modelos de gestão pública estão corretas.

- I. A NPM promoveu a transferência de práticas típicas do setor privado para a administração pública, com destaque para a competição, a orientação para resultados e a ênfase na eficiência.
- II. Entre as principais críticas à NPM está a concepção de um Estado reduzido em suas funções sociais, incapaz de responder de forma plena às demandas da coletividade, fenômeno associado ao “Estado Oco”.
- III. O modelo da NPM, contribuiu para consolidar ferramentas gerenciais relevantes, como monitoramento e avaliação, mecanismos de controle e foco na qualidade dos serviços públicos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

23

A literatura recente em Administração Pública destaca a relação entre governança, *accountability* e transparência. A *accountability* pode estar diretamente vinculada à boa governança, pois exige do agente público a prestação de contas em três fases: informação, debate e consequências. Nesse processo, a transparência emerge como dimensão essencial, pois fortalece a confiança das partes interessadas e mitiga a corrupção no uso de recursos públicos. Estudos empíricos demonstram que a exposição dos cidadãos a ferramentas de transparência digital está positivamente associada à percepção de confiabilidade no governo, embora essa relação possa se inverter quando o uso se torna excessivo.

Nesse contexto, avalie se a correlação entre governança e *accountability* está correta.

- I. A transparência é uma dimensão da *accountability* que contribui para a confiança na governança, pois permite maior controle social sobre os atos da Administração Pública.
- II. A *accountability*, entendida como obrigação de prestar contas, pressupõe não apenas informar, mas também abrir espaço para debate e sujeitar-se a consequências, consolidando-se como pilar da boa governança.
- III. O uso intensivo de ferramentas de transparência digital fortalece linearmente a confiança dos cidadãos no governo.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

24

O Plano Plurianual (PPA), previsto no art. 165 da Constituição Federal de 1988, é o principal instrumento de médio prazo do ciclo de planejamento governamental. Nas orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o PPA é estruturado em dimensões complementares que visam garantir caminhos exequíveis para as transformações da realidade anunciadas nas diretrizes estratégicas.

O elemento do PPA que retrata as agendas de governo, organizadas por recortes selecionados de políticas públicas, que orientam a ação governamental, é o:

- (A) Eixo Estratégico.
- (B) Programa Temático.
- (C) Programa Finalístico.
- (D) Indicador-Chave Nacional.
- (E) Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

25

Na avaliação de políticas públicas, critérios como eficácia, efetividade e eficiência são operacionalizados por meio de indicadores. Esses indicadores funcionam como representações mensuráveis (*proxies*) de insumos, produtos ou resultados das ações governamentais.

Considerando as qualidades desejáveis para indicadores em processos de avaliação de políticas públicas, é correto afirmar que:

- (A) a acessibilidade diz respeito à transparência e à facilidade de obtenção dos dados que compõem o indicador.
- (B) a validade de um indicador está relacionada à facilidade de compreensão por parte dos usuários do sistema.
- (C) a confiabilidade de um indicador depende exclusivamente de sua origem em bases de dados governamentais.
- (D) a estabilidade se refere à rigidez metodológica do indicador, mesmo que isso comprometa sua atualização periódica.
- (E) a simplicidade refere-se à representação precisa do fenômeno, ainda que demande conhecimentos técnicos para sua interpretação.

Legislação Municipal e Ética do Servidor

26

Em razão de grave doença e após consultar a legislação de regência, Caio, servidor público civil do Município do Rio de Janeiro, ingressou com pedido de licença para tratamento de saúde, tomando ciência da necessidade de perpassar por inspeção médica.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei Municipal nº 94/1979 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município do Rio de Janeiro), analise as afirmativas a seguir.

- I. Incumbe à chefia imediata promover a apresentação do servidor público à inspeção médica, sempre que esse a solicitá-la.
- II. Caso o servidor público esteja ausente do Município do Rio de Janeiro, e absolutamente impossibilitado de locomover-se, por motivo de saúde, poderá ser admitido laudo de médico particular, desde que o prazo da licença proposta não ultrapasse sessenta dias.
- III. O servidor público não poderá permanecer em licença para tratamento de saúde por prazo superior a vinte e quatro meses, exceto nos casos considerados recuperáveis, em que, por proposta da junta médica, esse prazo poderá ser prorrogado.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

27

Nos termos da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, os órgãos integrantes da administração direta são de direção e assessoramento superior, direção e assessoramento intermediário e execução.

Avalie as afirmativas a seguir, considerando as disposições da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro.

- I. São órgãos de direção superior, providos de respectivo assessoramento, as Secretarias Municipais, a Procuradoria Geral do Município, a Secretaria-Geral e a Diretoria Geral de Administração da Câmara Municipal e a Secretaria do Tribunal de Contas.
- II. São órgãos de direção intermediária, providos de respectivo assessoramento, as autarquias e fundações.
- III. São órgãos de execução aqueles incumbidos da realização dos programas e projetos determinados pelos órgãos de direção.

Considerando as disposições da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, é correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

28

Durante os mais de vinte anos em que atuou como servidor público civil do Município do Rio de Janeiro, Matheus se afastou, dentre outros motivos, para os seguintes objetivos:

- i) atuar como jurado, no Tribunal do Júri da Comarca da Capital;
- ii) exercer cargo em comissão na administração indireta, em âmbito federal; e
- iii) estudar no exterior, com autorização da administração, por um período de vinte e quatro meses.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Municipal nº 94/1979 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município do Rio de Janeiro), será considerado de efetivo exercício o(s) afastamento(s) de Matheus em virtude de:

- (A) atuação como jurado, no Tribunal do Júri da Comarca da Capital, para exercer cargo em comissão na administração indireta em âmbito federal e para estudo no exterior, com autorização da administração, por um período de vinte e quatro meses.
- (B) exercício em cargo em comissão na administração indireta em âmbito federal e para estudo no exterior, com autorização da administração, por um período de vinte e quatro meses, apenas.
- (C) atuação como jurado, no Tribunal do Júri da Comarca da Capital e para estudo no exterior, com autorização da administração, por um período de vinte e quatro meses, apenas.
- (D) atuação como jurado, no Tribunal do Júri da Comarca da Capital e para exercer cargo em comissão na administração indireta em âmbito federal, apenas.
- (E) estudo no exterior, com autorização da administração, por um período de vinte e quatro meses, apenas.

29

No dia 28 de fevereiro de 2025, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ajuizou ação de improbidade administrativa em face de João, agente público municipal. Registre-se que, no dia 03 de março de 2025, o juízo competente recebeu a petição inicial, adotando as providências processuais cabíveis. Em seguida, após a observância do contraditório e da ampla defesa, João foi condenado, em sentença publicada em 25 de junho de 2025, por ter incorrido na prática de ato doloso de improbidade administrativa.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que o prazo prescricional se interrompeu, em 2025, no(s) dia(s):

- (A) 28 de fevereiro, 03 de março e 25 de junho.
- (B) 28 de fevereiro e 25 de junho, apenas.
- (C) 03 de março e 25 de junho, apenas.
- (D) 28 de fevereiro, apenas.
- (E) 25 de junho, apenas.

30

Nos termos da legislação de regência, o acesso à informação compreende, entre outros direitos, o de obter informação primária, íntegra, autêntica e atualizada.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.527/2011, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- () A divulgação de informações de interesse coletivo ou geral por parte dos órgãos e entidades públicas ocorrerá, obrigatoriamente, em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet) e em jornais locais de grande circulação, sem prejuízo do emprego de outras formas de divulgação.
- () O acesso a informações públicas será assegurado mediante a realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.

As afirmativas são, na ordem apresentada,

- (A) V – F – V.
- (B) F – F – V.
- (C) V – V – F.
- (D) V – V – V.
- (E) F – F – F.

Conhecimentos Específicos Gestão Pública

31

Com relação ao Decreto Rio nº 51.632/2022, que regula políticas públicas em licitações sob a Lei nº 14.133/2021, no Município do Rio de Janeiro, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para afirmativa verdadeira e (F) para falsa.

- () O critério de desempate baseado em ações de equidade entre homens e mulheres considera os melhores resultados dos últimos 5 anos, priorizando licitantes com participação igualitária de homens e mulheres em cargos de decisão e benefícios para maternidade/paternidade.
- () A declaração de cumprimento de reserva de vagas para Pessoa com Deficiência (PCD), reabilitados e aprendizes é suficiente para a fase de habilitação, dispensando comprovação durante a execução do contrato, desde que incluída como cláusula específica.
- () A obrigação de reserva de vagas deve ser comprovada durante toda a execução do contrato, com indicação de funcionários preenchendo as posições quando solicitado pela administração, aplicando-se a PCD, reabilitados e aprendizes conforme normas federais.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – V.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – F.

32

Baseando-se nos princípios da Administração Pública previstos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, leia o seguinte cenário hipotético.

Um gestor municipal decide contratar uma empresa de consultoria sem licitação prévia, alegando urgência para evitar prejuízos ao erário, porém, preterindo divulgação pública do ato de contratação.

Diante dessa narrativa, avalie as afirmativas.

- I. O princípio da legalidade é violado se a contratação ocorrer sem amparo em lei específica que dispense o procedimento licitatório, pois a administração só pode fazer o que a lei autoriza expressamente.
- II. O princípio da impessoalidade é respeitado se a escolha da empresa for baseada em critérios objetivos e igualitários, independentemente de relações pessoais do gestor, promovendo a igualdade de tratamento entre potenciais fornecedores.
- III. O princípio da publicidade é exigido apenas para procedimentos licitatórios, não havendo necessidade de publicização nos casos de dispensa de licitação.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.

33

Com relação à inclusão da administração indireta no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), especialmente quanto a empresas estatais dependentes e independentes, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para afirmativa verdadeira e (F) para falsa.

- () As empresas estatais dependentes devem ser incluídas no orçamento fiscal da LOA, abrangendo suas receitas e despesas.
- () As empresas estatais independentes, que não recebem recursos do ente para custeio ou pessoal, devem ser completamente excluídas do PPA e da LDO, sem necessidade de alinhamento às metas fiscais ou diretrizes orçamentárias.
- () A LDO disporá sobre condições e exigências para transferências de recursos às empresas estatais.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – V.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – F.

34

Relacione os conceitos de gestão de processos e qualidade listados a seguir com suas respectivas caracterizações.

1. BPM (Business Process Management)
 2. ISO 9001
 3. Workflow
 4. Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED)
- () Norma internacional para sistemas de gestão da qualidade que enfatiza a abordagem por processos, melhoria contínua e satisfação do cliente, exigindo certificação por auditorias externas para demonstrar conformidade.
 - () Abordagem integrada para modelar, automatizar, executar, monitorar e otimizar processos de negócio, utilizando técnicas como mapeamento (ex.: fluxogramas) e análise para identificar gargalos e promover eficiência.
 - () Sistema para gerenciamento digital de documentos, incluindo captura, armazenamento, recuperação e controle de versões, integrado a processos para reduzir papel e melhorar rastreabilidade e conformidade.
 - () Fluxo de trabalho automatizado que define sequências de tarefas, regras e aprovações em processos, frequentemente usado em ferramentas de BPM para coordenar atividades humanas e sistêmicas.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 2 – 1 – 4 – 3.
- (B) 2 – 4 – 1 – 3.
- (C) 1 – 2 – 3 – 4.
- (D) 4 – 1 – 2 – 3.
- (E) 3 – 4 – 2 – 1.

35

Considere o cenário hipotético em uma procuradoria municipal descrito a seguir.

Um gestor emite um ato administrativo vinculado concedendo promoção funcional a um servidor sem a comprovação do requisito legal de tempo mínimo de serviço (vício de legalidade sanável). Após 2 anos, com o servidor já recebendo os benefícios financeiros, a administração superior descobre o erro e, alegando inconveniência administrativa devido a restrições orçamentárias, revoga o ato, exigindo devolução dos valores pagos. O servidor questiona judicialmente, argumentando boa-fé e direitos adquiridos.

Considerando esse contexto, avalie as afirmativas a seguir sobre anulação, revogação e convalidação.

- I. A revogação é o instrumento adequado, pois a administração pode desfazer o ato por motivo de conveniência ou oportunidade, com efeitos *ex nunc* (não retroativos), respeitados direitos adquiridos, sem necessidade de análise de ilegalidade.
- II. A anulação é cabível por vício de legalidade, com efeitos *ex tunc* (retroativos), mas limitada pelo prazo decadencial de 5 anos e pela boa-fé do servidor.
- III. A convalidação é possível se o vício for sanável e não lesar interesse público ou terceiros, permitindo que a administração supra o defeito (ex.: apresentação tardia do documento), validando o ato desde sua origem e evitando revogação ou anulação.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

36

Considere o seguinte cenário hipotético em uma secretaria municipal:

Um cidadão solicita acesso a um relatório interno sobre a análise de um contrato público com uma empresa privada, incluindo detalhes de custos e pareceres jurídicos. A secretaria nega o pedido, alegando sigilo para proteger informações comerciais sensíveis da empresa (sem especificar a classificação de sigilo ou prazo), e responde ao recurso administrativo após 25 dias, fornecendo apenas um resumo parcial do relatório sem justificar as omissões. O cidadão aciona judicialmente a secretaria, argumentando violação à transparência e ao direito à informação para fiscalizar gastos públicos.

Com base nesse contexto, avalie as afirmativas a seguir sobre a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e transparência na Administração Pública.

- I. A transparência ativa seria suficiente para atender o pedido, pois a secretaria poderia ter divulgado proativamente o relatório completo em seu site, dispensando a análise de sigilo, já que a LAI determina a publicidade irrestrita de todo e qualquer documento administrativo.
- II. A transparência passiva exige resposta ao pedido em até 20 dias, prorrogáveis por mais 10 com justificativa, e qualquer negação por sigilo deve ser motivada com indicação da classificação (ultrassecreto, secreto ou reservado) e prazo de restrição, permitindo recurso para reavaliação.
- III. O sigilo para proteger informações comerciais ou industriais decorrentes de atividade econômica com vínculo público pode até ser invocado, mas deve ser excepcional e justificado, com possibilidade de acesso parcial se partes do documento não comprometerem a proteção, promovendo o equilíbrio entre transparência e interesses protegidos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

37

Considere o seguinte cenário hipotético em uma secretaria municipal de transportes.

O órgão adota um planejamento estratégico inspirado no *New Public Management* (NPM), priorizando metas de desempenho mensuráveis e parcerias com o setor privado para otimizar recursos, mas mantém estruturas burocráticas rígidas que dificultam a adaptação rápida a mudanças regulatórias, resultando em atrasos na implementação de projetos e baixa participação de *stakeholders* na definição de prioridades.

Com base no relato, avalie as afirmativas a seguir sobre planejamento estratégico no setor público e governança/modelos de gestão pública.

- I. O planejamento estratégico no setor público pode ser integrado ao ciclo orçamentário (PPA, LDO e LOA), mas também pode ser implementado de forma autônoma pela secretaria, sem alinhamento obrigatório às diretrizes governamentais, desde que foque em eficiência operacional inspirada no NPM para superar limitações burocráticas.
- II. A governança pública contemporânea equilibra elementos do NPM (foco em resultados, eficiência e parcerias público-privadas) com princípios burocráticos (controle hierárquico e legalidade), exigindo participação de *stakeholders* para mitigar riscos de fragmentação, promovendo adaptação dinâmica sem comprometer a *accountability*.
- III. Modelos de gestão pública como o NPM priorizam a desburocratização e a gestão por resultados, permitindo que entidades e órgãos públicos ajustem estratégias rapidamente a mudanças, mas demandam mecanismos de governança para evitar desigualdades e desconexão entre setores e departamentos, garantindo que o planejamento estratégico incorpore equidade social e transparência.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

38

Com base na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), considere o seguinte cenário hipotético: uma prefeitura dispensa licitação para a contratação emergencial de serviços de reparo em infraestrutura após uma enchente, alegando urgência inadiável. No entanto, o ato não apresenta planejamento ou detalhamento dos fundamentos fáticos e jurídicos que o embasam, tampouco houve sua divulgação.

Com base nesse contexto, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para afirmativa verdadeira e (F) para falsa.

- () Os princípios descritos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 aplicam-se às dispensas de licitação, exigindo, na fase preparatória, planejamento e motivação adequados para inibir arbitrariedade e promover eficiência e transparência nas contratações diretas.
- () A dispensa de licitação por emergência pode ser aplicada de forma ampla, sem limitação temporal ou proporcionalidade ao necessário, desde que a urgência seja alegada pelo gestor.
- () A motivação dos atos de dispensa deve incluir fundamentação legal e fática detalhada, com divulgação para que seja possível a atuação da sociedade mediante o controle social, promovendo o equilíbrio entre celeridade e *accountability*.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – V.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – F.

39

Na regulamentação municipal da contratação direta por dispensa de licitação, conforme os Decretos Rio nº 50.797/2022 e nº 51.427/2022, o processo de contratação direta deve ser instruído com:

- (A) apenas documento de formalização de demanda e termo de referência, dispensando estudo técnico preliminar e análise de riscos para todas as hipóteses.
- (B) documento de formalização de demanda, estudo técnico preliminar, análise de riscos se for o caso, termo de referência, estimativa de despesa, justificativa de preço, demonstração de compatibilidade de recursos, razão de escolha do contratado, comprovação de habilitação, parecer jurídico se for o caso, parecer técnico se for o caso, entre outros.
- (C) apenas autorização da autoridade competente e indicação do dispositivo legal, sem necessidade de estimativa de despesa ou justificativa de preço.
- (D) estudo técnico preliminar e análise de riscos como elementos facultativos, priorizando apenas a razão de escolha do contratado e comprovação de habilitação para agilizar o processo.
- (E) consulta prévia à relação de empresas suspensas como elemento principal, dispensando motivação fática ou estimativa de despesa para contratações de baixo valor.

40

O Decreto Rio nº 31.349/2009, que regulamenta o tratamento diferenciado e simplificado para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), nas contratações públicas municipais, alinhado às disposições da Lei nº 14.133/2021 (que preserva benefícios como regularização fiscal tardia e preferência em empates), prevê que:

- (A) a participação de ME e EPP seja exclusiva em licitações acima de R\$ 80.000,00, sem simplificação de habilitação para evitar concorrência desigual.
- (B) a regularização de documentos fiscais seja obrigatória antes da abertura dos envelopes, sem possibilidade de sanar irregularidades após o julgamento das propostas para garantir rigor processual.
- (C) a participação de ME e EPP seja exclusiva em licitações de até R\$ 80.000,00, com possibilidade de regularização fiscal tardia, promovendo inclusão econômica sem comprometer a isonomia.
- (D) os órgãos e entidades contratantes possam estabelecer, nos instrumentos convocatórios, a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte até o percentual de oitenta por cento do valor total licitado.
- (E) a simplificação de habilitação para ME e EPP seja dispensada em pregões eletrônicos, exigindo comprovação integral de documentos antes da fase de lances para uniformidade.

Administração Geral

41

Uma grande rede de academias populares, com unidades espalhadas por diversas regiões do país, identificou que algumas filiais alcançam resultados superiores em áreas como atendimento ao cliente e logística. Com base nessa observação, a empresa decidiu replicar essas boas práticas nas demais unidades, buscando padronizar processos e elevar o desempenho organizacional.

Essa iniciativa caracteriza um exemplo de *benchmarking*:

- (A) vertical.
- (B) direto.
- (C) competitivo.
- (D) funcional.
- (E) interno.

42

A Administração Científica, desenvolvida por Frederick Taylor no início do século XX, foi uma das primeiras tentativas de sistematizar uma abordagem de gestão nas organizações. Essa teoria partia do pressuposto de que a improvisação e as práticas baseadas unicamente na experiência individual deveriam ceder espaço ao planejamento metódico e à aplicação de métodos científicos.

Nesse contexto, é correto afirmar que a Administração Científica defendia, dentre seus conceitos, a ideia de que

- (A) a remuneração baseada no tempo deveria ser substituída por uma remuneração proporcional à produção de cada operário.
- (B) o operário deveria ser compreendido, para fins de incentivo, à luz do conceito de homem complexo e não como *homo economicus*.
- (C) o aumento da produtividade dependeria prioritariamente da integração social entre os trabalhadores, em detrimento de fatores como remuneração e recompensas físicas.
- (D) a organização deveria ser compreendida como um sistema aberto, em constante interação com o ambiente externo, e não como um sistema fechado e isolado do contexto organizacional.
- (E) a eficiência deveria ser alcançada por meio da valorização dos grupos informais, em vez das estruturas formais de autoridade e controle.

43

Um servidor público recém-empossado em um concurso da Procuradoria do Município do Rio de Janeiro, ao iniciar suas atividades, percebe que todas as decisões administrativas seguem procedimentos padronizados e impessoais, com base em regulamentos internos e na legislação vigente. Ele observa ainda que promoções e progressões funcionais ocorrem com base em critérios objetivos, como tempo de serviço, avaliação de desempenho e qualificação técnica, sem espaço para favorecimentos pessoais ou decisões arbitrárias.

Esse modelo de funcionamento da organização pública, baseado na formalização de regras, hierarquia, competência técnica e meritocracia, está fundamentado na teoria da administração conhecida como:

- (A) Teoria Contingencial.
- (B) Teoria da Burocracia.
- (C) Teoria dos Sistemas.
- (D) Teoria das Relações Humanas.
- (E) Teoria do Desenvolvimento Organizacional.

44

Durante uma coletiva de imprensa, um servidor público responsável pela comunicação institucional de um órgão é orientado a apresentar os dados de uma situação crítica de forma mais branda, com o objetivo de evitar reações negativas da população e preservar a imagem da instituição. Para isso, ele seleciona cuidadosamente as informações que serão divulgadas, manipulando a comunicação, de modo a omitir detalhes mais sensíveis e desfavoráveis.

A situação apresentada caracteriza uma barreira de comunicação conhecida como:

- (A) filtragem.
- (B) percepção seletiva.
- (C) medo da comunicação.
- (D) avaliação prematura.
- (E) sobrecarga de informação.

45

Considere que Alessandro tenha concluído recentemente uma pós-graduação em Gestão, realizada em uma renomada Universidade Federal localizada no Rio de Janeiro. Ao iniciar sua busca por oportunidades no mercado de trabalho, ele se depara com uma vaga em uma empresa do setor petrolífero, cuja função envolve o monitoramento do cumprimento das metas de produtividade estipuladas pela matriz internacional.

Com base no exposto e à luz da gestão de processos, é correto afirmar que a vaga analisada por Alessandro está relacionada aos processos

- (A) centrais.
- (B) finalísticos.
- (C) primários.
- (D) de apoio.
- (E) gerenciais.

46

Uma tradicional fábrica de cervejas carioca tem enfrentado falhas recorrentes na linha de produção, afetando diretamente a qualidade do produto final. Como consequência desses acontecimentos recentes, consumidores fiéis passaram a registrar críticas frequentes e a migrar para marcas concorrentes, fato que gerou preocupação entre os diretores da fábrica. Para enfrentar o problema, a empresa contratou uma consultoria especializada na gestão de qualidade, com o objetivo de buscar possíveis soluções. Considerando esse cenário, é correto afirmar que uma ferramenta de gestão da qualidade, que pode ser indicada pela consultoria, é o(a):

- (A) Ciclo PDCA, ferramenta estatística que representa a distribuição de frequências dos defeitos encontrados em determinado período, identificando o grau de correlação entre os defeitos.
- (B) Gráfico de Pareto, utilizado para identificar e priorizar as causas mais significativas de um problema, com base na ideia de que uma pequena parcela das causas é responsável pela maior parte dos efeitos.
- (C) Matriz GUT, utilizada para identificar, de forma graficamente estruturada, as possíveis causas-raiz de um problema, agrupando-as em categorias como métodos, materiais, máquinas, mão de obra.
- (D) Carta Controle, ferramenta que permite coletar dados em tempo real, possibilitando a verificação imediata de ocorrências específicas durante a execução de um procedimento.
- (E) Diagrama de Ishikawa, ferramenta utilizada para identificar desvios em relação aos limites previamente estabelecidos pela gestão, distinguindo variações rotineiras, consideradas controláveis, de variações anômalas, as quais exigem intervenção.

47

A necessidade de ampliar a forma como as organizações gerenciam seu desempenho, superando a limitação de análises focadas exclusivamente em aspectos financeiros, levou ao desenvolvimento de novas abordagens estratégicas. Entre elas, destaca-se o *Balanced Scorecard* (BSC), que propõe uma visão mais abrangente da performance organizacional, ao agregar diferentes perspectivas para orientar o alcance dos objetivos da organização.

Com base nessa abordagem, considere as perspectivas listadas a seguir.

- I. Perspectiva do cliente
- II. Perspectiva dos processos internos
- III. Perspectiva de aprendizado e crescimento

Assinale a opção que representa corretamente a(s) perspectiva(s) prevista(s) no modelo BSC.

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

48

De acordo com o PMBOK (7ª edição), a gestão de projetos passou a ser orientada por princípios fundamentais, que se traduzem em comportamentos esperados dos profissionais envolvidos, independentemente da abordagem ou metodologia adotada. Esses princípios têm como objetivo orientar a atuação dos responsáveis pelo projeto para que a entrega ocorra da forma mais adequada possível a cada circunstância.

Com base no exposto, sobre os princípios da gestão de projetos, é correto afirmar que:

- (A) o princípio da “Visão sistêmica” prioriza a manutenção do foco e o engajamento no valor, considerado o principal componente de longo prazo a ser alcançado no projeto.
- (B) o princípio do “Tailoring” recomenda a adaptação deliberada da abordagem de acordo com o contexto, considerando a unicidade de cada projeto.
- (C) o princípio do “Risco” defende aceitação da mudança para o alcance do estado futuro previsto, por meio de uma transição livre de imprevistos ou desvios insuperáveis.
- (D) o princípio da “Equipe” assegura uma postura diligente e respeitosa, por parte do administrador, com os seus subordinados, assegurando confiabilidade nas decisões do projeto.
- (E) o princípio das “Partes interessadas” incentiva o trabalho em harmonia com a complexidade das interações, com as incertezas e com as ambiguidades do projeto.

Administração Financeira e Orçamentária

49

A Obra Certa Ltda. venceu uma licitação da Prefeitura do Rio de Janeiro para construção de uma via expressa, ligando a capital ao Município de Duque de Caxias.

Cumprida a primeira etapa do serviço, a empresa emitiu a Nota Fiscal de Serviços para pagamento do valor previsto em contrato, que deverá:

- (A) ser pago na integralidade, em valor correspondente ao total bruto previsto na Nota Fiscal de Serviços emitida, pois Imposto de Renda é competência da União.
- (B) ter descontado o Imposto de Renda (IR), que deve ser retido pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e a receita registrada como Transferências Correntes da União para o município.
- (C) ser pago com desconto de 50% da alíquota devida de Imposto de Renda (IR), pela solidariedade Município-União em relação ao IR devido.
- (D) ter descontado o Imposto de Renda (IR), que deve ser retido pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e a receita contabilizada como receita tributária.
- (E) ser pago na integralidade, em valor correspondente ao total bruto previsto na Nota Fiscal de Serviços emitida, pois não há que se falar em descontos dentro de uma mesma Unidade Federativa.

50

A Lei Complementar nº 235/2021 criou o Novo Regime Fiscal do Município do Rio de Janeiro que, na metodologia de aferição da saúde fiscal do município, incorpora indicadores fiscais quantitativos.

A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) três indicadores fiscais são aferidos: um de endividamento, um de poupança corrente e um de retorno das aplicações financeiras do município.
- (B) o indicador de retorno das aplicações financeiras mede o retorno financeiro das operações de crédito realizadas pelo município e deve ser calculado a cada quadrimestre, conforme apuração da Receita Corrente Líquida (RCL).
- (C) o indicador de poupança corrente é obtido a partir da razão entre a despesa corrente e a receita corrente ajustada do município, sendo a receita corrente ajustada definida como o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, consideradas as receitas intraorçamentárias e os recursos repassados ao Município.
- (D) os três indicadores fiscais propostos na referida lei consideram que o endividamento e poupança gerados em até dois exercícios passados podem influenciar o desempenho fiscal atual.
- (E) o cômputo do indicador de Poupança Corrente considera apenas as despesas efetivamente pagas relativas à manutenção das atividades dos órgãos da Administração Municipal, tais como despesas com pessoal, juros da dívida, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, e ainda despesas com água, energia e telefone, sendo, portanto, uma medida mais efetiva de poupança do setor público.

51

Sobre Orçamento Público, relacione as duas colunas a seguir.

Coluna 1	Coluna 2
1. Poder Legislativo.	() Elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).
2. Poder Executivo.	() Execução do Orçamento.
3. Tribunal de Contas.	() Controle, avaliação e julgamento das contas.
	() Aprovação do Orçamento.

A relação correta, segundo a ordem apresentada, é:

- (A) 1 – 2 – 3 – 1.
- (B) 2 – 2 – 3 – 1.
- (C) 3 – 2 – 3 – 1.
- (D) 1 – 2 – 3 – 3.
- (E) 2 – 1 – 3 – 3.

52

No que cerce da possibilidade de retenção de tributos nos pagamentos realizados por órgãos da Administração Pública direta, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () A retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da Administração Pública direta fortalece a arrecadação ao antecipar recursos ao erário.
- () A retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da Administração Pública direta reduz riscos de sonegação e inadimplência.
- () A retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da Administração Pública direta viabiliza o cumprimento correto e tempestivo das obrigações tributárias, bem como a elevação da eficiência na fiscalização.
- () A antecipação do recolhimento dos impostos sobre serviços, bens e contribuições sociais diretamente pela fonte pagadora promove o desequilíbrio fiscal, pois os gestores públicos antecipam os gastos em virtude da baixa disciplina na gestão das despesas.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V – F.
- (B) F – V – V – F.
- (C) V – F – V – F.
- (D) V – V – F – F.
- (E) F – F – V – F.

53

A Constituição Federal (Art. 158, I) estabelece que pertence aos Municípios “o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem”. Nesta perspectiva, a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro publicou o Decreto Rio nº 49.593/2021, que dispõe sobre a retenção de tributos no pagamento a fornecedores por Órgãos e Entidades do Poder Executivo, e dá outras providências.

Sobre essa norma municipal, analise as afirmativas a seguir.

- I. Trata-se de uma norma que promove a autonomia financeira municipal ao estabelecer a faculdade da retenção do imposto de renda (IR) de pessoa física ou jurídica, referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado aos órgãos da administração direta, autarquias e às suas fundações.
- II. Sindicatos, federações e confederações de empregados, além dos serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei, não são afetados pelas retenções previstas no referido Decreto.
- III. As pessoas jurídicas exclusivamente distribuidoras de jornais e revistas e a Itaipu Binacional são exemplos de pessoas jurídicas cuja retenção de imposto de renda dos bens e serviços prestados à Prefeitura do Rio de Janeiro não deverá ser feita.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

54

A Lei nº 207/1980 estabeleceu normas e princípios de Administração Financeira e Contabilidade Pública, aplicáveis à administração direta e às autarquias do Município do Rio de Janeiro.

De acordo com a referida norma e suas atualizações, os itens a seguir estão de acordo com o previsto para a Proposta Orçamentária de cada exercício, **exceto**:

- (A) a mensagem, que conterà a exposição e a justificativa para a política econômico-financeira do Governo.
- (B) os indicadores de sustentabilidade fiscal, considerando os três últimos exercícios e estimativas para os três exercícios subsequentes.
- (C) a especificação dos programas especiais de trabalho custeados por dotações globais, em termos de metas visadas, decompostas em estimativas de custo das obras a realizar e dos serviços a prestar.
- (D) as informações do quantitativo de pessoal por unidade administrativa da estrutura básica dos órgãos da administração pública, discriminando-o por nível de escolaridade, inclusive os cargos em comissão.
- (E) a mensagem, que conterà a exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, Restos a Pagar e outros compromissos financeiros exigíveis.

55

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é uma ferramenta para a consolidação das contas nacionais e um instrumento para a adoção das normas internacionais de contabilidade.

Sobre o PCASP, analise as afirmativas a seguir.

- I. O PCASP permite a segregação das informações orçamentárias e patrimoniais, de forma que registros orçamentários não influenciem os registros patrimoniais.
- II. O PCASP permite o registro das provisões, dos créditos tributários e não tributários, dos estoques, dos ativos imobilizados e até dos intangíveis.
- III. Uma das inovações do PCASP é permitir a inclusão dos procedimentos de mensuração após o reconhecimento, tais como a reavaliação, a depreciação, a amortização, a exaustão e a redução ao valor recuperável (*impairment*).

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

56

Extrai-se do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP 2024) que “os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público”.

A respeito desses princípios, assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio da não vinculação da receita de impostos é absoluto, vedando qualquer destinação específica de recursos provenientes de impostos.
- (B) O princípio da unidade determina que todas as receitas e as despesas da Administração Pública sejam consolidadas em um único orçamento nacional, abrangendo todos os entes da federação.
- (C) O princípio da universalidade exige que todas as receitas e as despesas de todos os órgãos, poderes e entidades do ente federativo estejam incluídas na Lei Orçamentária Anual.
- (D) O princípio da publicidade prevê a divulgação do orçamento aprovado, sendo o requisito legal a sua publicação em Diário Oficial interno do órgão elaborador.
- (E) O princípio da não exclusividade viabiliza a inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de qualquer dispositivo de natureza normativa, desde que tenha relação com a Administração Pública.

57

Considerando a classificação da receita pública quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, relacione as duas colunas a seguir.

Coluna 1	Coluna 2
1. Receita Efetiva	() IPTU
2. Receita Não Efetiva	() Contribuições de Melhoria
	() Taxas
	() Operações de Crédito
	() Dívida Ativa

A relação correta, na ordem apresentada, é:

- (A) 1 – 2 – 1 – 2 – 1.
 (B) 1 – 1 – 1 – 2 – 1.
 (C) 1 – 1 – 1 – 2 – 2.
 (D) 1 – 2 – 2 – 2 – 1.
 (E) 2 – 1 – 1 – 2 – 2.

58

Como estratégia de seu governo, o Prefeito do Município de Itatipoá resolve realizar a concessão de determinado serviço público não compulsório. Adicionalmente, previu ampliar a arrecadação da receita advinda do consumo de energia elétrica que, no seu município, é de distribuição exclusiva do setor público (compulsório).

Com base no exposto, no Município de Itatipoá deverá ser cobrada(o):

- (A) tarifa pelo serviço não compulsório e elevada a taxa cobrada pelo consumo de energia elétrica.
 (B) taxa pelo serviço não compulsório e elevada a contribuição cobrada pelo consumo de energia elétrica.
 (C) imposto pelo serviço não compulsório e elevada a tarifa cobrada pelo consumo de energia elétrica.
 (D) taxa pelo serviço não compulsório e elevada a tarifa cobrada pelo consumo de energia elétrica.
 (E) tarifa pelo serviço não compulsório e elevada a tarifa cobrada pelo consumo de energia elétrica.

59

Conforme a classificação da Receita Orçamentária por Natureza, o registro contábil de um empréstimo contraído pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, junto ao Banco do Brasil, deverá ser lançado como:

- (A) Receita Corrente – Categoria Econômica; Amortização de Empréstimos – Origem; Internas – Espécie.
 (B) Receita Capital – Categoria Econômica; Amortização de Empréstimos – Origem; Internas – Espécie.
 (C) Receita Corrente – Categoria Econômica; Operações de Crédito – Origem; Internas – Espécie.
 (D) Receita Financeira – Categoria Econômica; Operações de Crédito – Origem; Externas – Espécie.
 (E) Receita de Capital – Categoria Econômica; Operações de Crédito – Origem; Internas – Espécie.

60

Considerando as etapas da Receita Orçamentária, avalie as seguintes situações hipotéticas:

- I. João, morador do Rio de Janeiro, recebe o boleto para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de seu imóvel;
 II. Antônio pagou o Imposto Sobre Serviço (ISS) prestado na rede bancária credenciada, que ainda não repassou à Conta do Tesouro Municipal;
 III. a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, do Rio de Janeiro, apresenta uma receita de ISS de R\$ 2,2 bilhões.

Com base no exposto, é correto afirmar que:

- (A) o IPTU de João foi recolhido; o ISS de Antônio foi arrecadado; e R\$ 2,2 bilhões foi o ISS recolhido no Rio de Janeiro em 2024.
 (B) o IPTU de João foi lançado; o ISS de Antônio foi arrecadado; e R\$ 2,2 bilhões foi a previsão de ISS no Rio de Janeiro para 2024.
 (C) o IPTU de João foi arrecadado; o ISS de Antônio foi recolhido; e R\$ 2,2 bilhões foi o lançamento de ISS no Rio de Janeiro para 2024.
 (D) o IPTU de João foi lançado; o ISS de Antônio foi recolhido; e R\$ 2,2 bilhões foi a previsão de ISS no Rio de Janeiro para 2024.
 (E) o IPTU de João foi lançado; o ISS de Antônio foi arrecadado; e R\$ 2,2 bilhões foi o ISS recolhido no Rio de Janeiro em 2024.

Economia

61

Em relação ao Plano Real, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () O Plano Real foi implementado em uma única etapa com o lançamento direto da nova moeda, em julho de 1994.
 () A Unidade Real de Valor (URV) funcionou como unidade de conta transitória, entre março e junho de 1994, sendo reajustada diariamente.
 () Durante o período de vigência da URV, os preços eram cotados tanto em cruzeiros reais quanto em URV, facilitando a transição para a nova moeda.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
 (B) V – V – F.
 (C) F – V – V.
 (D) F – F – V.
 (E) F – F – F.

62

Com base na Teoria do Consumidor, e considerando um aumento na renda de um indivíduo, enquanto os preços de todos os bens permanecem constantes, assinale a afirmativa correta.

- (A) Se um bem é classificado como inferior, o aumento da renda resultará em um aumento de sua demanda, e sua respectiva curva de Engel apresentará inclinação positiva.
- (B) Para bens normais, um aumento da renda leva à diminuição da quantidade demandada, enquanto para bens inferiores, a demanda aumenta, caracterizando um *trade-off* na escolha do consumidor.
- (C) A curva de Engel representa a relação entre a quantidade demandada de um bem e o seu preço, mantendo a renda constante.
- (D) Um bem é considerado normal se sua demanda aumentar com o incremento da renda, e a representação dessa relação é uma curva de Engel positivamente inclinada.
- (E) Bens de Giffen são aqueles para os quais o Efeito Substituição é superado pelo Efeito Renda Negativo, levando a uma curva de demanda que se inclina para cima quando o preço do bem aumenta, independentemente de mudanças na renda.

63

Com relação às diferentes estruturas de mercado estudadas na microeconomia, é correto afirmar que:

- (A) no monopólio, a curva de demanda com a qual a empresa se defronta é perfeitamente elástica, indicando que ela não possui poder para influenciar o preço de mercado.
- (B) a concorrência monopolística caracteriza-se por um pequeno número de empresas que oferecem produtos homogêneos, com significativas barreiras à entrada de novos competidores.
- (C) em concorrência perfeita, a existência de lucros extraordinários a longo prazo é garantida pela presença de barreiras à entrada, o que atrai novas firmas para o mercado.
- (D) um oligopólio se define por uma única empresa que domina o mercado com seu produto, não possuindo substitutos próximos e a presença de barreiras à entrada.
- (E) no monopólio, a empresa é a única vendedora do produto, não há substitutos próximos e existem barreiras à entrada de firmas concorrentes, permitindo a manutenção de lucros econômicos no longo prazo.

64

Na macroeconomia, a Contabilidade Nacional é uma ferramenta essencial para medir a atividade econômica de um país. O Produto Interno Bruto (PIB) pode ser mensurado por diferentes óticas.

As três óticas principais de mensuração do PIB são:

- (A) Ótica do Consumo, Ótica da Produção e Ótica dos Investimentos.
- (B) Ótica da Despesa, Ótica da Renda e Ótica dos Impostos.
- (C) Ótica dos Gastos Governamentais, Ótica do Setor Privado e Ótica do Comércio Internacional.
- (D) Ótica da Oferta, Ótica da Demanda e Ótica do Setor Externo.
- (E) Ótica da Produção, Ótica da Renda e Ótica da Despesa.

65

Desde a implementação do regime de metas de inflação no Brasil, em 1999, a condução da política monetária - com a taxa SELIC como principal instrumento - tem como objetivo central o controle da inflação. Contudo, a interação entre inflação, juros e crescimento econômico no país apresenta desafios significativos.

Assinale a opção que descreve corretamente um dilema recorrente na coordenação dessas políticas.

- (A) A manutenção de elevadas taxas de juros reais pelo BACEN, embora essencial para conter a inflação, tende a aumentar o custo de financiamento da dívida pública, exigindo uma disciplina fiscal rigorosa que, se falhar, pode levar a um ciclo vicioso de maior endividamento e pressões inflacionárias.
- (B) A política monetária perde sua eficácia em reduzir a inflação quando há desemprego estrutural elevado, pois a Curva de Phillips torna-se horizontal em vez de vertical.
- (C) O câmbio flutuante, ao ser o principal instrumento de estabilização de preços, neutraliza os efeitos de qualquer política fiscal expansionista, resultando em crescimento econômico zero no longo prazo.
- (D) A busca por superávits primários crescentes é suficiente para garantir baixas taxas de juros e alto crescimento, independentemente da taxa de inflação esperada pelos agentes.
- (E) A Teoria Quantitativa da Moeda estabelece que a inflação é sempre um fenômeno monetário, de modo que a estabilidade econômica pode ser alcançada sem coordenação entre políticas fiscal e cambial.

66

Em relação aos papéis do governo na economia, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () O papel alocativo do governo refere-se à sua função de corrigir falhas de mercado, como externalidades e bens públicos, alocando recursos de forma mais eficiente.
- () A função estabilizadora do governo envolve a promoção da equidade por meio de políticas de redistribuição de renda.
- () O papel distributivo do governo está associado à busca por estabilidade macroeconômica, incluindo o controle da inflação e do desemprego.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) F – F – F.

67

O desenvolvimento econômico se distingue do crescimento econômico por incluir, além do aumento da renda per capita, avanços na qualidade de vida da população. Nesse cenário, diversos fatores podem representar obstáculos, sobretudo em países em processo de desenvolvimento.

A partir do trecho, assinale a afirmativa correta a respeito do desenvolvimento econômico.

- (A) O crescimento do PIB real garante o desenvolvimento econômico, pois implica na redução da desigualdade social.
- (B) A baixa qualificação da força de trabalho e a má distribuição de renda são obstáculos típicos ao desenvolvimento econômico.
- (C) A elevada taxa de investimento estrangeiro direto é considerada um obstáculo ao desenvolvimento econômico, por reduzir a competitividade doméstica.
- (D) O desenvolvimento econômico está exclusivamente ligado a variáveis quantitativas, como a taxa de crescimento da produção e do consumo.
- (E) A abundância de recursos naturais em um país elimina os obstáculos ao seu desenvolvimento econômico.

68

Considere as teorias clássicas e neoclássicas do comércio internacional. A teoria ricardiana do custo comparativo e o modelo Heckscher-Ohlin (H-O) oferecem explicações distintas para os padrões de comércio entre países.

Com base nessas teorias, assinale a afirmativa correta.

- (A) No modelo de Ricardo, o comércio é impulsionado pelas dotações relativas de fatores de produção, enquanto no modelo H-O, o motor do comércio são as diferenças tecnológicas.
- (B) O modelo de H-O prevê que países exportarão bens cuja produção utilize intensivamente os fatores de produção que são relativamente escassos.
- (C) O Teorema de Stolper-Samuelson, derivado do modelo H-O, afirma que o comércio internacional beneficia igualmente todos os fatores de produção em um país.
- (D) O modelo ricardiano de custos comparativos mostra que mesmo um país absolutamente menos produtivo em todos os setores pode se beneficiar do comércio.
- (E) A crítica de Leontief ao modelo H-O mostrou empiricamente que os Estados Unidos, país capital-abundante, exportavam principalmente bens intensivos em trabalho, confirmando as previsões desse modelo.

69

Os blocos econômicos e os acordos comerciais têm como objetivo facilitar as trocas entre países por meio de redução ou eliminação de barreiras comerciais.

A respeito desses arranjos, é correto afirmar que:

- (A) a Área de Livre Comércio elimina tarifas internas e unifica a política comercial externa dos países-membros.
- (B) a União Aduaneira estabelece apenas a livre circulação de pessoas entre os países do bloco, sem alterar tarifas comerciais.
- (C) o Mercosul é um exemplo de zona de preferência tarifária, pois seus membros mantêm tarifas altas entre si.
- (D) a União Europeia é um exemplo de integração econômica avançada, que combina livre comércio, união aduaneira e políticas comuns.
- (E) todos os blocos econômicos possuem moeda única e autoridade política supranacional.

70

Os bancos centrais utilizam diversos instrumentos para conduzir a política monetária, com o objetivo de controlar a liquidez, a inflação e, indiretamente, a atividade econômica. No Brasil, o Banco Central (BCB) utiliza mecanismos como operações de mercado aberto, depósitos compulsórios e taxa de juros de referência, entre outros.

A respeito desses instrumentos e de sua utilização, assinale a afirmativa correta.

- (A) A política monetária expansionista é caracterizada pelo aumento da taxa básica de juros para estimular o consumo e o investimento.
- (B) O aumento do depósito compulsório tende a elevar a oferta de moeda, estimulando o crédito na economia.
- (C) As operações de mercado aberto envolvem a compra e a venda de títulos públicos pelo BCB, afetando diretamente a base monetária.
- (D) A redução da Selic pelo BCB é uma medida típica de política monetária contracionista.
- (E) Os únicos instrumentos de política monetária utilizados pelo BCB são a definição da taxa Selic, depósitos compulsórios e operações de mercado aberto.

71

Um governo estadual está avaliando a construção de uma rodovia para melhorar a logística entre duas cidades. O projeto envolve um custo total de R\$ 500 milhões, desembolsado no início do projeto. Os benefícios econômicos esperados - como economia de tempo, redução de acidentes e custo do transporte - foram estimados em R\$ 650 milhões, ao longo de 20 anos.

Ao aplicar uma taxa de desconto social de 8% ao ano, o valor presente dos benefícios futuros foi calculado em R\$ 430 milhões.

Com base na metodologia da *Análise Custo-Benefício (ACB)*, é correto afirmar que o projeto

- (A) é viável, pois os benefícios totais, ao longo dos 20 anos, superam os custos iniciais.
- (B) deve ser aceito, pois gera um benefício líquido de R\$ 150 milhões.
- (C) é inviável economicamente, pois seu valor presente líquido (VPL) é negativo.
- (D) deve ser rejeitado apenas se não houver financiamento externo.
- (E) evidencia que a taxa de desconto só é relevante para avaliar o retorno financeiro ao investidor privado.

72

Um projeto público apresenta um custo inicial de R\$ 500 milhões. Os benefícios futuros somam R\$ 650 milhões, ao longo de 20 anos. Com taxa de desconto de 8% ao ano, o valor presente dos benefícios é R\$ 430 milhões.

Neste cenário, assinale a opção correta.

- (A) Se a taxa de desconto for reduzida para 6%, o VPL aumentará.
- (B) Se a taxa de desconto for elevada para 10%, o VPL será positivo.
- (C) O projeto é economicamente viável com qualquer taxa abaixo de 8%.
- (D) O valor presente dos custos aumenta com a taxa de desconto.
- (E) O projeto se torna viável se os benefícios nominais forem mantidos, independentemente da taxa de desconto.

Gestão de Pessoas

73

Durante um processo de negociação coletiva conduzido por representantes sindicais e empregadores, surgem propostas para flexibilizar determinadas condições de trabalho, com o intuito de atender às especificidades do setor. Contudo, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece que certos direitos trabalhistas são considerados indisponíveis, ou seja, não podem ser objeto de supressão ou redução por meio de acordos ou convenções coletivas, ainda que haja concordância entre as partes envolvidas. Com base nessa premissa e nas disposições da CLT, avalie os itens a seguir.

- I. O seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- II. A remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- III. O repouso semanal remunerado.

Assinale a opção que **não** pode ser objeto de negociação coletiva, sendo ilícita qualquer tentativa de redução ou supressão.

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

74

Em uma empresa de médio porte do setor logístico, os colaboradores estavam acostumados a seguir um líder que organizava a rotina com base em metas bem definidas, reforçava a disciplina e recompensava os funcionários conforme o desempenho individual.

Após uma mudança na gestão, o novo líder passou a adotar uma abordagem distinta, compartilhando uma visão motivadora de futuro, estimulando o desenvolvimento pessoal dos membros da equipe e inspirando o engajamento coletivo em torno dos valores da organização.

Com base nesse cenário, é correto afirmar que houve uma mudança no estilo de liderança, a saber,

- (A) de líder autocrático para líder laissez-faire.
- (B) de líder transacional para líder transformacional.
- (C) de líder apoiador para líder diretivo.
- (D) de líder racional para líder carismático.
- (E) de líder-tarefa para líder-organizacional.

75

Após identificar que diversos servidores atuavam voluntariamente como professores em um cursinho pré-vestibular comunitário, a Secretaria Municipal de Educação decidiu implementar uma política de valorização, oferecendo bônus financeiros por cada aula ministrada. No entanto, alguns meses após a adoção da medida, uma avaliação revelou que parte dos servidores passou a demonstrar menor envolvimento nas atividades voluntárias, que antes realizavam com entusiasmo e motivação intrínseca.

Com base nessa situação, é correto afirmar que o fenômeno observado está associado à teoria

- (A) da hierarquia das necessidades.
- (B) dos dois fatores.
- (C) da expectativa.
- (D) da Avaliação Cognitiva.
- (E) ERC.

76

Nas grandes transformações organizacionais, é comum haver resistência por parte dos colaboradores, especialmente quando há hábitos e valores já enraizados na cultura da empresa. Diante disso, é fundamental aplicar estratégias adequadas de gestão da mudança, conforme a origem ou a natureza da resistência identificada.

Nesse contexto, a estratégia baseada em educação e comunicação costuma ser mais eficaz em situações em que

- (A) há falta de informação ou quando as informações disponíveis são inadequadas ou mal interpretadas.
- (B) a resistência está relacionada a dificuldades de ajustamento pessoal ou emocional à mudança.
- (C) identifica-se que determinados grupos perderão com a mudança e possuem poder significativo para resistir.
- (D) a mudança precisa ocorrer de forma imperceptível e os líderes possuem autoridade suficiente para impor seu comando.
- (E) parte dos participantes estão comprometidos com a implementação da mudança, mas existem influências externas impeditivas.

77

Uma organização, após realizar sua análise anual de processos, identificou diversos pontos que exigem melhorias. Entre eles, destacou-se a baixa coesão entre as equipes de trabalho, fator que vinha impactando diretamente os resultados organizacionais.

Com base nos estudos sobre comportamento organizacional, é correto afirmar que uma medida adequada para aumentar a coesão entre os membros da equipe seria

- (A) ampliar o tamanho do grupo, diversificando o ambiente com novas perspectivas.
- (B) estimular a competição entre os membros, criando padrões comparativos de desempenho.
- (C) reduzir as barreiras de entrada para novos integrantes, incentivando maior inclusão e rotatividade.
- (D) isolar fisicamente o grupo de outras equipes, favorecendo o fortalecimento dos vínculos internos.
- (E) promover a dominação técnica de um ou mais membros sobre os demais, assegurando o controle do processo decisório.

78

Uma organização, diante das constantes transformações do mercado e das novas demandas do mundo do trabalho, pretende criar sua própria universidade corporativa. Para orientar esse projeto, decide adotar os princípios que fundamentam o sucesso da educação corporativa no cenário contemporâneo.

Com base nesse cenário, avalie os princípios a seguir.

1. Conectividade
2. Transitoriedade
3. Solidariedade

Assinale a opção que apresenta o(s) princípio(s) apresentado(s), de acordo com a educação corporativa.

- (A) 1, apenas.
- (B) 2, apenas.
- (C) 1 e 2, apenas.
- (D) 2 e 3, apenas.
- (E) 1, 2 e 3.

79

A Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) é um conceito que engloba um conjunto de ações que buscam promover o bem-estar dos trabalhadores, conciliando a eficiência organizacional com a satisfação pessoal e profissional dos indivíduos. Para isso, diversos fatores são considerados, como condições de trabalho, reconhecimento, oportunidades de crescimento, segurança e respeito a direitos institucionais.

Com base nesse conceito e em seus principais fatores, é correto afirmar que:

- (A) a existência de um clima democrático dentro da organização, com equilíbrio de horários que favoreçam o lazer e a convivência familiar, está relacionada ao desenvolvimento de capacidades decisórias.
- (B) a eliminação de barreiras hierárquicas marcantes, permitindo o senso comunitário e a redução do preconceito entre os funcionários, está relacionada à compensação justa e adequada.
- (C) o estabelecimento de jornada de trabalho e de um ambiente físico adequado à saúde e ao bem-estar do indivíduo está relacionado às oportunidades de crescimento contínuo.
- (D) a construção do trabalho como uma atividade que traga orgulho ao indivíduo por participar da organização está relacionada à integração social.
- (E) a existência de regras e normas organizacionais, com o devido estabelecimento de direitos e deveres dos funcionários, está relacionada ao constitucionalismo.

80

O período de repouso, seja para alimentação ou descanso, é fundamental para a saúde e o desempenho do trabalhador, motivo pelo qual recebe atenção específica na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Nesse sentido, a legislação determina que, a partir de uma determinada carga horária de trabalho contínuo, é obrigatória a concessão de um intervalo mínimo.

Com base na CLT, é correto afirmar que a empresa deverá conceder um intervalo de

- (A) 10 minutos, caso a duração ultrapasse 1 hora.
- (B) 10 minutos, caso a duração ultrapasse 2 horas.
- (C) 15 minutos, caso a duração ultrapasse 3 horas.
- (D) 15 minutos, caso a duração ultrapasse 4 horas.
- (E) 30 minutos, caso a duração ultrapasse 5 horas.

Redação

A moradia digna é um direito constitucional fundamental, mas ainda é sinônimo de insegurança para muitas pessoas e representa um desafio persistente para gestores públicos, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, marcada por profundas desigualdades urbanas. Além de ser pauta central da **Agenda Rio 2030**, alinhada aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** da ONU, o direito à moradia envolve discussões sobre justiça social, equidade e atuação estatal.

A respeito desse tema, leia os textos motivadores a seguir.

I. Direito à moradia na cidade do Rio de Janeiro

O tema da não universalização do acesso à moradia digna é particularmente sensível para o caso da cidade do Rio de Janeiro, cujo processo de urbanização esteve historicamente marcado por profundas iniquidades, expressas pela distribuição desigual de infraestrutura urbana e pela recorrente negação dos espaços populares de moradia enquanto parte legítima da cidade. Há vários indicadores que apontam para problemas relativos ao saneamento, transporte público, serviços essenciais, risco geológico, integração com o entorno, qualidade dos espaços públicos, dentre tantas outras vulnerabilidades que se somam à insegurança da posse da terra e da moradia. O acirramento da crise econômica em 2018 e a deflagração da crise sanitária de Covid-19 em 2020 deixaram evidente que o tema da moradia segue fundamental para a questão urbana do Rio e do Brasil, reforçando a importância do debate e da participação pública a respeito.

Adaptado de QUEIROZ, Luiz Cesar de Ribeiro e RIBEIRO, Marcelo Gomes (Org.). Reforma urbana e direito à cidade (Observatório das Metrôpoles - IPPUR/UFRJ). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022, p. 46.

II. Direito à moradia sob a ótica da Justiça como equidade de John Rawls

O número de habitações irregulares tem se multiplicado durante as últimas décadas em todas as regiões do Brasil. Estima-se, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, obtidos por meio do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010), que o percentual de domicílios que contam com alguma inadequação habitacional é de cerca da metade do total existente atualmente no Brasil. Mais de cinco milhões de moradias dignas precisam ser construídas em todo o país para suprir a demanda atual, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, de 2012 (IPEA, 2013). Segundo esta pesquisa, o estrato de renda mais prejudicado com a falta de habitabilidade é o que auferir até três salários mínimos mensais. Daí decorre a importância da análise do pensamento de John Rawls presente na sua obra *Uma Teoria da Justiça*, em que são elaborados princípios que, pela sua generalidade, podem ser aplicados em muitas sociedades ocidentais (democráticas e que garantam algum nível de liberdade aos seus cidadãos), e que, pelo seu conteúdo, introduzem uma forma de guiar a atuação estatal, tendo em vista os interesses de toda a sociedade, e em particular, o das classes sociais menos favorecidas. A relevância da justiça rawlsiana se deveu à forma como a liberdade foi articulada com a igualdade, ao mesmo tempo em que compete, principalmente, ao Estado (guiado por princípios de justiça) se preocupar com a distribuição dos bens primários.

Adaptado de OUTEIRO, Gabriel Moraes. Direito à moradia sob a ótica da Justiça como equidade de John Rawls, in: *Revista Jus Navigandi*, 4.251, 2015.

Com base nos textos motivadores e em seus conhecimentos, elabore um texto dissertativo, de 20 a 30 linhas, atendendo às seguintes proposições:

- a) **análise os principais obstáculos à efetivação do direito à moradia digna na cidade do Rio de Janeiro, considerando aspectos históricos e socioeconômicos;**
- b) **relacione a teoria da justiça como equidade de John Rawls à necessidade de políticas públicas inclusivas voltadas às populações mais vulneráveis;**
- c) **apresente o papel do município na promoção de cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

